

MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2010
PROCESSO Nº 72045.000197/2010-51

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO DO TURISMO, E A
EMPRESA CTIS TECNOLOGIA S/A.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Senhor **RUBENS PORTUGAL BACELLAR**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 558.890, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 186.710.639-68, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 55, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2011 e de acordo com a autorização concedida pelo Secretário-Executivo, **SERGIO BRAUNE SOLON DE PONTES**, com base na Portaria nº 186, de 17 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de julho de 2013, e de outro lado, a empresa **CTIS TECNOLOGIA S/A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, estabelecida na SCN/Setor Comercial Norte, Qd. 04, Bloco "B", nº 100, salas 201, 204, 401, 403 e 804, Ed. Centro Empresarial Varig, Brasília/DF, CEP: 70714-900, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Senhor **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 356.831 expedida pela SSP/DF, e do CPF/MF nº 102.252.261-20, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 022/2010**, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 72045.000197/2010-51, referente ao Pregão Eletrônico nº 06/2010, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 que regulamenta a modalidade Pregão na forma eletrônica, e, ainda o Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, e demais legislações aplicáveis, assim como as exigências previstas no Edital nº 06/2010 e seus Anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:



✍

✍

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 022/2010, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria Técnica e Sustentação de Produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério do Turismo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Contrato Administrativo nº 22/2010 terá vigência por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de dezembro de 2013, perfazendo um total de 48 (quarenta e oito) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO. O prazo de vigência previsto no *caput* desta cláusula poderá ser prorrogado no interesse da Administração mediante Termo Aditivo, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Para cobrir as despesas durante o prazo consignado no *caput* da cláusula segunda deste Instrumento, fica estimado o valor total de **R\$ 9.707.512,59 (nove milhões, setecentos e sete mil quinhentos e doze reais e cinquenta e nove centavos)**, sendo **R\$ 808.959,39 (oitocentos e oito mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos)** para o exercício de 2013 e **R\$ 8.898.553,20 (oito milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte centavos)** para o exercício de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho 23.122.2128.2000.0001, Naturezas de Despesa: 33.90.35 e 33.90.39, Fonte: 0100.

PARÁGRAFO ÚNICO. Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade, no respectivo exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato nº 022/2010 e nos seus Termos Aditivos, naquilo que não conflitarem com o presente Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93, atualizada.



01

1

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundo do presente Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas administrativamente por força do art. 109 da Constituição.

E, assim, por estarem de comum acordo, as partes firmam o Primeiro termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 022/2010 em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 29 de novembro de 2013.



RUBENS PORTUGAL BACELLAR
P/ CONTRATANTE



AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA
P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:
RG:

Nome:
CPF:
RG:

